Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

O despotismo democrático e a redução do homem em Tocqueville

Valdenésio Aduci Mendes[1]

RESUMO

Em *A democracia na América,* Tocqueville descreve tanto uma reflexão filosófica sobre o fundamento da democracia moderna, assim como o sistema democrático americano, chegando a uma conclusão que instiga, ainda hoje, o pensamento político: a igualdade de condições, princípio regulador da democracia americana redundou em apatia política. Segundo Tocqueville, no bojo dessa retração do homem do cenário da vida pública surge um novo *Leviatã* social - o Estado centralizador e burocrático dos tempos modernos - a partir do qual define o despotismo democrático. A finalidade do presente estudo é num primeiro momento acompanhar a descrição tocquevilliana da democracia americana e por extensão a descrição que Tocqueville faz sobre as causas que podem conduzir à apatia política. Num segundo momento visa descrever os possíveis antídotos previstos por Tocqueville para que o homem retome sua autonomia política, perguntando-nos ao mesmo tempo se as reflexões do autor, todavia nos podem ajudar a pensar o presente. Conclui-se que Tocqueville é um clássico do pensamento político e enquanto tal continua a ser referencia para pensarmos importantes questões políticas da atualidade, dentre elas o aprofundamento da democracia.

Palavras-chave: Democracia, apatia política, individualismo, despotismo.

ABSTRACT

In *Democracy in America*, Tocqueville presents a philosophical reflection about modern democracy and the American democratic system, arriving to the conclusion that still today raises the political thought: equal opportunities, the principle that regulates the American democracy, led to political apathy. According to Tocqueville, when men move away of the public life scene, a new social Leviathan comes out - the centralist and bureaucratic State of modern times-, from which he defines the democratic despotism. The purpose of this study in a first moment is to follow the Tocquevillean description of American democracy and, by extension, the description he does about the causes that may lead to political apathy. In a second moment, it aims to describe the possible antidotes foreseen by Tocqueville so that the man retakes political autonomy, questioning, at the same time, if the author's reflections may help us to think the present. We conclude that Tocqueville is a classic of the political though and as such is still a reference for us to consider major current political questions, including the deepening of democracy.

Keywords: Democracy, political apathy, individualism, despotism.

[1] Mestre em Ética e Filosofia Política pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando do Programa de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. valdenesio@yahoo.com.br

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

Introdução

Marx afirma no *Manifesto Comunista* que "tudo que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado [...]". Esse estado de "fluidez", característico da modernidade, poderia ser uma espécie de síntese espiritual em contraposição à solidez e ao peso da tradição, das crenças e lealdades. Poderia ser também a descrição da condição de Fausto, um anjo que voa sobre a modernidade com as asas partidas, rastejando sobre a abundância da vida material, dessa modernidade que trazia a promessa de uma era próspera, firmemente ancorada em bases racionais; trazia também as promessas de um novo mundo, baseado nos princípios políticos da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Nesse sentido, a felicidade geral da humanidade seria uma questão de tempo não muito longo.

Mas o "desencanto do mundo" secularizado, para lembrarmos Weber, também seria uma questão de tempo. Tão logo os efeitos colaterais da modernidade começam a surgir, a razão instrumental começa a dar mostras de incapacidade para cumprir suas promessas. Tais efeitos desapareceriam por si só? As investigações de Marx o conduzirão à conclusão de que a modernidade não se configurará senão sob o viés da redução do homem pelo próprio homem. Prova de que a modernidade é leve e pesada ao mesmo tempo em função dos efeitos que ela comporta. Os conceitos de alienação e mercadoria, presentes no *Capital*, por exemplo, apontam que a modernidade trouxera consigo a exploração do homem pelo homem. Autores como Durkheim, Weber, Simmel e Tocqueville, à sua maneira e desde suas perspectivas também descreverão essa condição (redução) do homem, presente no projeto da modernidade, que na percepção de alguns autores contemporâneos continua sendo um projeto inacabado, cheio de promessas. O mundo da contemplação ficará no limbo do passado.

O trabalho visa descrever o pensamento político de Tocqueville, especificamente sua análise da democracia americana, bem como a possibilidade de redução do homem que tal regime político poderia trazer em seu bojo, numa sociedade cuja burguesia nascente abraçava a fluidez como projeto de sociedade. A descrição tocquevilliana da democracia americana aponta a possibilidade de abusos e exageros de dois lados, tanto

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

de parte do Estado como da sociedade civil, o que poderá redundar em apatia política. Ao mesmo tempo se analisará quais antídotos sugere Tocqueville em *A democracia na América* para que a autonomia humana possa ser assegurada numa sociedade onde a tônica passa a ser o individualismo. Assim, nos perguntamos se as reflexões que Tocqueville fez em torno da burocracia estatal, do Estado benfeitor, da degradação da política à condição de espetáculo, do duplo caráter da democracia formal e substancial, do igualitarismo associado ao despotismo e da aposta no associativismo, não seriam questões que de certa forma continuam a fermentar e a fomentar as pesquisas políticas da atualidade?

A democracia americana sob a ótica de Tocqueville

Embora Tocqueville já aponte no Livro I (1835) a "tirania da maioria" como uma possível conseqüência nefasta da democracia americana (já que o Estado se tornara inevitavelmente centralizador, governamental e administrativamente), é só no Livro II (1840) que o autor se ocupará da busca de fundamentos filosóficos para a compreensão dos "perigos" que rondam o sistema democrático americano. É só nesse Livro que Tocqueville fala do individualismo como princípio constitutivo da realidade política americana, o qual poderá levar a nação a uma situação de desagregação social ou de "anomia" para falarmos a linguagem de Durkheim. No Livro II Tocqueville toca na temática do individualismo ao falar do método filosófico dos americanos, que ao contrário dos europeus não se debatem em torno de tradições filosóficas e nem lhe dão a devida importância.

Já que não haveria espaço para os estudos especulativos e já que as ações se sobrepõem à contemplação, duas conclusões são extraídas por Tocqueville: "cada americano só apela para o esforço individual da sua razão" e cada qual "se encerra estreitamente em si mesmo e dali pretende julgar o mundo" (Tocqueville, 1977, p. 321-322), exatamente porque o princípio da igualdade de condições,[2] fomentado pela

[2] Eis a forma como Tocqueville dá início a introdução de sua pesquisa: "Entre os objetos novos que, durante a minha demora nos Estados Unidos, atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

democracia, substitui a idéia de classe e de tradição presentes na França aristocrática.[3] O argumento anterior se enlaça a outra reflexão posterior, onde Tocqueville define o egoísmo e o individualismo, contrapondo ambos os sentimentos humanos. Para Tocqueville o individualismo é um sentimento "refletido e pacífico, que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se para esferas privadas da vida", decorrente de juízos errôneos e tem sua fonte nos defeitos do espírito. Além do que, o individualismo "é um sentimento social que pode fazer secar a fonte das virtudes públicas" (Tocqueville, 1977, p. 386).

Ao contrário do egoísmo,[4] que é um sentimento tão antigo quanto à humanidade, o individualismo tem raízes democráticas e sociais. O seu desenvolvimento estaria condicionado à igualdade de condições sociais. O erro crasso do individualista seria pensar que se basta a si mesmo, e que não depende de ninguém. Isolamento, solidão e instabilidade seriam três sentimentos fortemente vivenciados pelos indivíduos na nova época da igualização. De parte dos individualistas, o pensamento seria mais ou menos esse: o que eu faça para a sociedade não afetará a minha vida, portanto me abstenho de preocupar-me com coisas que dizem respeito a todos. É nesse sentido que a privatização das relações sociais impõe-se como uma nova *natureza*. A base social individualista, ao confinar os homens no interior dos muros da privacidade, "destrói as condições de possibilidade das paixões públicas, da participação cívica, enfim, do Homem Político" (Jasmin, 2005, p. 57). Em outras palavras, os individualistas renunciam ao papel de

vivamente do que a igualdade de condições" (Tocqueville, 1977, p. 11). Na segunda parte do Livro II, quando Tocqueville trata da influencia da democracia sobre os sentimentos dos americanos, dirá que a primeira e mais viva das paixões que a igualdade das condições faz nascer é o amor a essa mesma igualdade.

[3] Com o advento da democracia, "a noção de que cada um ocupava um lugar fixo na estrutura social foi substituída pela igualdade de condições, formando uma cadeia relativamente comum de valores que implica uma homogeneidade entre meios e fins: os homens – iguais entre si – aproximam-se nas novas trilhas abertas pela mobilidade social" (Gahyva, 2006, p. 557).

[4] Segundo Tocqueville (1977, p. 386), o egoísmo é um "amor apaixonado e exagerado por si mesmo, que relaciona tudo em torno de si mesmo; nasce de um instinto cego e é um vício tão antigo quanto o mundo e esteriliza os germes de todas as virtudes".

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

cidadãos, o que poderá acarretar em duas possibilidades: anarquismo social ou despotismo.

O despotismo democrático

O individualismo descrito por Tocqueville estaria associado, por sua vez, à idéia de que o habitante dos EEUU apega-se "aos bens desse mundo como se tivesse certeza de que jamais morreria", e os que dedicaram seu coração à procura exclusiva dos bens deste mundo são sempre apressados, "pois tem o tempo apenas limitado para encontrá-los, apoderar-se deles e gozá-lo" (Tocqueville, 1977, p. 409-410).

Ou seja, no desenfreio da procura pelo bem-estar estaria a fonte da inquietude de espírito dos americanos. Começa aí a descrição de Tocqueville sobre os perigos que o gosto pelos prazeres materiais pode acarretar para a vida pública. Tocqueville reconhece que os homens dos tempos democráticos "têm necessidade de ser livres, a fim de procurar mais facilmente os prazeres materiais pelos quais constantemente suspiram", mas às vezes ocorre, entretanto, que "o gosto excessivo que alimentam por esses mesmos prazeres os entrega ao primeiro senhor que se apresenta" (Tocqueville, 1977, p. 412). Aqui Tocqueville aponta uma clivagem na democracia americana: as pessoas, em nome da liberdade julgam seguir a doutrina do interesse próprio, reduzindo-a grosseiramente ao campo de suas vidas privadas e acabam desprezando qualquer interesse pela esfera pública.

O individualismo ilimitado produziria dois resultados na vida social: um deles consiste no fato de que os homens se consideram simples ilhas, cujos interesses privados podem ser perpetuamente defendíveis sem necessidade de remetê-los aos interesses da esfera pública, tal como salientado acima. Em outras palavras, esse fenômeno nos remete à defesa feita pelos liberais de que é possível traçarmos uma disjunção entre a vida privada e esfera da vida política. Outra conseqüência do individualismo está associada à crença na absoluta auto-suficiência do espírito

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

individual, pódio a partir do qual cada qual se ergue como juiz do mundo (Serna, 2006, p. 243).

Numa perspectiva, de certa forma contrária à de Benjamin Constant, Tocqueville crítica a idéia de liberdade reduzida à produção de riquezas e o cuidado excessivo em fazer fortunas. Pensar a liberdade nesses termos traria como conseqüência o hábito de ver no exercício dos deveres políticos um "contratempo desagradável que os distrai da sua indústria". Na perspectiva de pessoas que correm única e exclusivamente atrás de seus próprios interesses, a política não passaria de "jogos ociosos que de modo nenhum convém a homens graves e ocupados com os interesses sérios da vida" (Tocqueville, 1977, p. 412-413). A forma como Tocqueville vê os senhores empresários e esses indivíduos que se dedicam única e exclusivamente aos seus próprios interesses fica evidenciada no tom irônico dessa passagem. O resultado do comportamento de cidadãos que trabalham e se dedicam apenas a seus interesses privados é esse: não existe mais a classe que poderia encarregar-se desse cuidado para encher seus vagares, "o lugar do governo fica como que vazio" (Tocqueville, 1977, p. 413).

O paradoxo é que a democracia e seu princípio operativo de igualdade podem conduzir à opressão de uma minoria, de modo que democracia e despotismo aparecem "articulados por uma adequação circular" (Jasmin, 2005, p. 53). A este fenômeno político moderno Tocqueville o definiu como "despotismo democrático", que ao contrário das configurações despóticas tradicionais, a versão moderna não se fundaria no medo, mas no consentimento dos cidadãos, pois "os indivíduos abririam mão espontaneamente de seu papel decisório nos conflitos comuns em troca de um Estado que garantisse a tranqüilidade e a consecução dos negócios privados de cada um" (Gahyva, 2006, p. 562). Ocorre aqui a substituição do "interesse bem compreendido" pelo individualismo egoísta.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

A apatia política e o novo *Leviatã*

A apatia política é gerada em função do anteriormente analisado e a usurpação do poder poderá se instalar a partir de várias frentes, tanto de elites políticas como de um Estado centralizador. No fundo os homens que querem se dedicar única e exclusivamente a seus negócios anseiam pelo bem-estar, para tal apelam para a "boa ordem" aos governos de plantão. Mais uma vez Tocqueville desfere contra essa classe de homens uma crítica severa, dizendo que uma nação que não pede ao seu governo senão a manutenção da ordem "é já escrava, no fundo do coração; é escrava do seu bem-estar e está prestes a surgir o homem que deve prendê-la com correntes" (Tocqueville, 1977, p. 413).

Retomando o percurso feito por Tocqueville, na última parte do Livro II afirma que a igualdade produz duas tendências: "uma conduz os homens diretamente à independência e os pode impelir de repente para a anarquia"; a outra os conduz "por um caminho mais longo, mais secreto, mais seguro, para a servidão" (Tocqueville, 1977, p. 512). De uma maneira ou de outra, a igualdade parece não ter produzido os frutos esperados. Mas este não seria um resultado um tanto quanto pessimista de parte de Tocqueville? Parece que não. Tocqueville não vê valor na igualdade se ela não conduz à autonomia política de uma nação. Se ela só conduz os cidadãos em busca de seus interesses próprios, nesse caso a anarquia e a servidão lhe seriam inerentes. Desde logo, "a mesma igualdade que permite cada cidadão conceber vastas esperanças torna todos os cidadãos individualmente fracos" (Tocqueville, 1977, p. 410). Tornam-se todos "impotentes e frios". É nesse extremo que os cidadãos voltam seus olhares para esse ser imenso, o Estado, "o único que se eleva no meio do abatimento universal [...] sustentáculo único e necessário da fraqueza individual" (Tocqueville, 1977, p. 515).

Esse novo *Leviatã*[5] se ergue do fundo do mar da apatia política, "os particulares se deixam cair subitamente até o último grau da fraqueza" (Tocqueville, 1977, p. 571) e

[5] Uma das obras mais conhecidas do filósofo político inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Para Hobbes o *Leviatã* ou Estado nada mais é do que um homem artificial, de maior estatura e força do que o homem natural. Se por um lado o *Leviatã* é essa figura bíblica que domina as profundezas do mar, o Estado seria esse "monstro" que domina a superfície terrestre.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

o poder se centraliza. Depreende-se da análise de Tocqueville que a apatia política resultante da sociedade democrática americana conduz ao despotismo, pelo fato de que os cidadãos teriam colocado em segundo plano a preocupação com o bem comum. Resultado: "em toda parte, o Estado passa a dirigir cada vez mais, por si mesmo, os menores cidadãos, e a conduzir sozinho cada um deles, nas menores questões". O Estado penetra, segundo Tocqueville, nos afazeres privados, "regulando à sua maneira mais numerosa ações e ações menores, e estabelecem-se em melhor posição todos os dias, ao lado, em volta e acima de cada indivíduo" (Tocqueville, 1977, p. 522-523).

É certo que Tocqueville está a falar de despotismo democrático, já pontuado no Livro I como domínio cultural e moral da maioria, exercido pela opinião pública. No Livro II o despotismo é definido como domínio político de um governo central, esclarecendo, ao mesmo tempo, que nas sociedades democráticas esse tipo de poder moderno é mais suave e o define nos seguintes termos:

> Vejo uma multidão inumerável de homens semelhantes e iguais, que sem descanso se voltam sobre si mesmos, à procura de pequenos e vulgares prazeres, com os quais enchem a alma. Cada um deles, afastado dos demais, é como que estranho ao destino de todos os outros: seus filhos e seus amigos particulares para ele constituem toda a espécie humana; quanto ao restante dos seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os e não os sente; existe apenas em si e para si mesmo, e, se ainda lhe resta uma família, pode-se ao menos dizer que não tem mais pátria (Tocqueville, 1977, p. 531).

Acima destes homens, segue Tocqueville, "eleva-se um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de garantir o seu prazer e velar sobre a sua sorte. É absoluto, minucioso, regular, previdente e brando" (Tocqueville, 1977, p. 531). Mais ainda, tal poder não visa à maioridade dos seus, ao contrário, procura mantê-los na idade infantil. Seria isso um consolo para os cidadãos? De certa forma sim, pois crêem firmemente que eles mesmos escolheram seus tutores. Tocqueville está falando de um poder "brando". É um poder que impõe limite, mas ao mesmo tempo é um governo pastor, que "não

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

esmaga as vontades, mas as enfraquece, curva-as e as dirige; raramente força a agir" (Tocqueville, 1977, p. 532).[6]

Segundo Tocqueville, os homens das democracias modernas são trabalhados por duas paixões inimigas: sentem a necessidade de ser conduzidos e o desejo de permanecer livres, donde a combinação de centralização e soberania do povo como forma de conciliar tal embate. O consolo dos cidadãos residiria no fato de que podem escolher seus tutores. Conclui Tocqueville que "cada indivíduo é isolado e fraco; a sociedade é ativa, previdente e forte; os particulares fazem pequenas coisas, imensas faz o Estado" (Tocqueville, 1977, p. 540). Jasmin interpreta que essa situação do indivíduo americano descrita por Tocqueville, comporta uma ambigüidade: por um lado, "ao se livrarem de todos os laços de dependência pessoal, os indivíduos desejam ser livres, julgar e agir segundo sua própria razão e obedecer apenas a si mesmos", e de outro, o isolamento e a privatização, transformariam a esses indivíduos em "ignorantes da coisa pública", impedindo-os de "dirigir-se de modo autônomo, fazendo-os dependentes do poder estatal" (Jasmin, 2005, p. 67).

O vazio político resultante do individualismo exacerbado é ocupado pela burocracia administrativa do novo *Leviatã* nacional, em nome de quem todos delegam o monopólio do poder, e nesse caso, a democracia se reduziria a mera formalidade. A tendência à centralização conduziria ao desprezo do poder local. Disso resulta que, nos limites, "os indivíduos acabarão por aceitar qualquer forma de governo e qualquer governante, desde que a segurança de seus bens esteja garantida e eles não precisem aborrecer-se com seus negócios comuns" (Jasmin, 2005, p. 60). Por um lado, no sétimo capítulo do livro I, Tocqueville expressa o temor da tirania da maioria, no sentido de que a própria democracia poderia tosar as liberdades individuais. De outro lado, no Livro II, sua preocupação se volta para a apatia política geral dos cidadãos devido ao uso que se pode fazer da liberdade como mero instrumento, reduzindo a vida à

[6] Não sei quem se aproxima de quem aqui, mas de certa forma, a descrição que Tocqueville faz do poder tutelar moderno se aproxima daquela descrição feita por Foucault, para quem "o poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar" (Foucault, 1979, p. 180).

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

dimensão do privado, tal como pensara Benjamin Constant, por exemplo, ao refletir sobre a liberdade dos antigos comparada à dos modernos.

Para Tocqueville as coisas não são tão simples assim: ao invés de pensar liberdade e igualdade em termos de disjunção, tal como o faz Constant, Tocqueville busca uma possível conciliação entre ambas as qualidades, já que "a igualdade é o estar social da democracia, enquanto que a liberdade é o que fazer político dessa mesma democracia" (Cherta, 2000, p. 265).

Uma saída, talvez, em contraposição ao ideal hobbesiano, que parece vitorioso no modelo moderno de política, seria o modelo do ideal rousseauniano de democracia? Não sabemos ainda se essa é a aposta de Tocqueville e se esse é o caso. De qualquer forma, se em Tocqueville não há espaço para o determinismo histórico (SANTOS, 2007, p. 17) [7], como evitar que o poder central comande definitivamente as iniciativas cívicas, reduzindo dessa forma a autonomia humana? Ou, tal como se interroga Touraine (1996, p. 119) ao refletir sobre o pensamento político de Tocqueville: "como impedir que, após a destruição das hierarquias tradicionais, a tirania da maioria venha a criar uma ordem social em contradição com a razão?"

Para além do *homo hierarchicus*, o *homo aequalis*

Para Jasmin o dilema tocquevilliano se constitui da contraposição entre um diagnóstico "científico" da sociedade moderna, "que retrata as disposições que tendem a inviabilizar a liberdade política nas condições sociais igualitárias" e uma necessidade ético-política de "afirmar a exeqüibilidade desta mesma liberdade no contexto de destruição da participação política e da cidadania que decorre do desenvolvimento daquelas disposições". Assim, a justaposição dos dois níveis viabilizaria o projeto da nova ciência política: "esclarecer a vontade política para a realização de seus fins no mundo opaco das determinações" (Jasmin, 2005, p. 39-40).

[7] Ver Cap. XX do Livro II: "Sobre algumas tendências particulares dos historiadores nos séculos democráticos".

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

Na realidade, Tocqueville também faz parte da tradição do pensamento político que capta a tensão moderna entre o *bourgeois* e o *citoyen,* descrita por Hegel [8] e Marx [9], para citarmos dois exemplos. Qual saída prevê Tocqueville para essa situação tão paradoxal do mundo político americano, cuja igualdade de condições pode levar a uma condição exacerbada de individualismo e este resultaria em apatia apolítica? Para além do determinismo, a vontade operaria como campo de possibilidades, traduzindo-se em exercício ativo da cidadania.

Ao comparar a liberdade dos antigos à dos modernos, Benjamin Constant afirma que a liberdade individual é a verdadeira liberdade moderna. Nesse sentido, a liberdade política não poderia tomar a dimensão que outrora tomara na vida dos antigos, ou seja, sobrepor-se à liberdade individual. Do ponto de vista de Constant, a liberdade deve "compor-se do exercício pacífico da independência privada", pois "perdido na multidão, o indivíduo quase nunca percebe a influencia que exerce" nos desígnios da vida política de seu país. O maior grau de satisfação que uma pessoa possa ter não advém de sua participação nas ágoras e esferas públicas, mas de sua dedicação a seus negócios particulares, e "quanto mais o exercício de nossos direitos políticos nos deixar tempo para nossos interesses privados, mas a liberdade nos será preciosa" (Constant, 1985, p. 15-23). Constant reivindica a liberdade como meio e não como fim em si mesmo.

[8] Hegel está diante de duas importantes questões que nortearão suas reflexões políticas: de um lado a concepção política aristotélica da *polis* antiga que parece não mais condizer com os tempos modernos, e de outro, a concepção contratualista que fundamenta a vontade geral na vontade das particularidades (Mendes, 2006, p. 19). O mundo da atomística descrito por Hegel será "redimido" na idéia de Estado ético.

[9] Aqui uma importante crítica de Marx a essa redução do homem que se volta para si mesmo: "Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociada da comunidade. Longe de conceber ao homem como ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexo que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas" (MARX, 2005, p. 37). Marx traduz a inversão da seguinte forma: o homem real só é reconhecido sob a forma do indivíduo egoísta (*bourgeois*); e o verdadeiro homem, só sob a forma do cidadão abstrato (*citoyen*). Ao contrário de Hegel, Marx pensa que o Estado sempre exerce um poder negativamente.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

Defenderia Tocqueville a liberdade individual, sobrepondo-se a interesses públicos, tal como o faz Constant? Suas reflexões parecem apontar na direção contrária, qual seja a de que a liberdade não se extravie numa sociedade nivelada. Por isso, Tocqueville nos convida a um exercício de imaginação, supondo que todos os cidadãos concorram para o governo e que cada um tenha igual direito de concorrer para ele. Neste caso, ninguém é diferente de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico: "os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos" (Tocqueville, 1977, p. 383).

Nessa perspectiva, a liberdade e a igualdade se tocam e se confundem. O problema de fundo para Tocqueville seria o estabelecimento de vínculos comunitários em uma sociedade como a democrática que, dominada pela paixão igualitária, "tende a atomizar o espaço social, a dissolver o sentido da solidariedade, a exacerbar o gosto pelo bem-estar material e a confiar exclusivamente ao Estado a administração da vida pública" (Cherta, 2000, p. 17).

Aos "perigos" decorrentes da centralização do poder, Tocqueville pensa combatê-los com a participação política, antídoto para o déficit de vida cidadã e pública. A educação cívica seria a saída do labirinto apontado, já que o individualismo, segundo o mesmo Tocqueville, não faz parte de uma herança antiga, tal como acontece com o egoísmo. Se o individualismo é produto de uma sociedade, também da mesma sociedade poderá brotar uma reação a esse individualismo que se instaurou pouco a pouco: a participação cidadã nas pequenas comunidades e nas associações comunitárias parecem ser os remédios para combater o intervencionismo estatal. Para Tocqueville entre os povos democráticos, "somente pela associação se pode produzir a resistência dos cidadãos ao poder central" (Tocqueville, 1977, p. 527).[10]

Para Tocqueville, além do associativismo presente na sociedade civil, outras instituições exerceriam o importante papel no sentido de evitar os "perigos" das sociedades democráticas de cunho centralizador, dentre elas: a) participação da vida

[10] Ver Cap. IV da segunda parte do Livro I que trata da *Associação Política nos EEUU.*

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

política municipal, que tem um papel fundamental na horizontalidade do poder; b) a liberdade de imprensa (instrumento por excelência da liberdade); c) o poder judiciário independente, guardião dos princípios constitucionais; d) Educação e legislação; e) crenças religiosas; f) prevalência do "interesse bem entendido" sobre o egoísmo; g) costumes como fundamento das leis.

Tendo novamente Constant como interlocutor, Tocqueville não reconheceria os direitos individuais do Estado social democrático, pleiteados por seus cidadãos? Tocqueville exige e respeita tais direitos, mas também vincula obrigações que esse indivíduo deve cumprir. Portanto, tal indivíduo se define a partir dos direitos e deveres, nesse sentido, o indivíduo responsável há de "assumir o sentimento de obrigação cívica e participar na ação pública" (Serna, 2006, p. 240), meio através do qual o humano se realiza. Assim, interdependência pessoal e participação na vida política se conjugam para a definição do cidadão tocquevilliano.

A liberdade não é só um direito, ela constitui a forma mais complexa do dever ou obrigação: "o dever consigo mesmo, com a *civitas* e com os outros indivíduos" (Serna, 2006, p. 241). Para além de Constant, a liberdade, segundo Tocqueville, é um dever, uma obrigação cívica e uma obrigação moral. Aqui a pedagogia política jogaria um papel fundamental para alargar os horizontes desse indivíduo que não enxerga além de seus próprios interesses. O "juízo errôneo" dos indivíduos que colocam seus desejos de consumidores acima da idéia de cidadania, tal como visto na definição de individualismo, só poderia ser corrigido mediante uma educação cívica.

A soberania popular seria por si só uma garantia contra tendências despóticas? Tocqueville parece ter mostrado que não, por isso pode-se afirmar que a análise do autor sobre a democracia incorre em desconfiança e pessimismo, já que o exercício da capacidade política da maioria acaba redundando em despotismo político. Segundo Tocqueville, a virtude deve, mais do que nunca, ser fomentada para buscar um equilíbrio entre a esfera privada e a esfera pública, por isso a necessidade de transformação do egoísmo em "interesse bem compreendido".

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

Tocqueville pinta um quadro pessimista da política americana, mesmo assim o autor procura manter a crença na capacidade que tem o povo em criar instituições livres. Nesse sentido fala da necessidade de uma "nova ciência da política", que inclua nas suas tarefas a de 'educar' a democracia "mediante a formação de homens independentes e capazes, na plena expressão do termo, de autogoverno". Trata-se, portanto, de prevenir a recaída no egoísmo, "o qual se corrige pela participação voluntária nos negócios públicos, jamais pela imposição de um governo centralizado" (Cohn, 2002, p. 256-262).

Do exposto acima, depreende-se do pensamento político de Tocqueville a defesa da autonomia dos cidadãos frente aos poderes centralizadores. Contra a atomização social o autor se posiciona a favor do compromisso cívico (Cherta, 2000. p. 127). Assim, o fármaco por excelência contra a apatia política e o conformismo político, nasceria do associativismo, segundo Tocqueville, e caminharia em dois sentidos: num sentido caminharia contra os domínios de um Estado que reivindica a tutela dos cidadãos, nesse caso, restringiria ao máximo seus domínios do "mundo da vida", para usarmos uma expressão de Habermas. E em outro sentido caminharia para o desenvolvimento de uma cultura cívico-política, cujas manifestações cidadãs ocorreriam em âmbito municipal e no interior das várias associações espalhadas em solo americano.

Tocqueville tem consciência da lição desenvolvida por Montesquieu de que os abusos de poder provenientes da intervenção estatal devam ser controlados por várias instituições, porém, Tocqueville vai mais além e defende que o controle de tais abusos possa ser realizado pela própria sociedade, daí a importância que a educação cívica exerce na sociedade criando novos *mores* políticos. Isto é, "o desenvolvimento de uma poderosa, pluralista e influente atividade cívico-social, situada mais além da tutela do Estado" (Cherta, 2000, p. 350-351).

Em suma, na ótica de Tocqueville, o associativismo político de caráter espontâneo seria um antídoto contra o individualismo; exerceria a defesa contra a "tirania das maiorias" e funcionaria como trava contra a ação do novo *Leviatã*

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

centralizador, o qual vinha se reerguendo no frontispício da nascente sociedade industrial americana.

Tocqueville seria nosso contemporâneo?

Como conciliar igualdade e liberdade, princípios condutores das democracias modernas, sem que a defesa de um dos princípios implique na anulação de outro? Eis a grande questão para Tocqueville, observador inquieto da realidade americana e crítico ferrenho da sociedade onde nascera.

Mas, seria a sociedade atual menos atomizada do que na época em que Tocqueville descrevera a realidade social americana? O individualismo e a apatia política teriam ficado sepultados nas dobraduras da história, ou estes problemas fariam parte de nosso tempo também? Se respondermos afirmativamente, o associativismo constatado por Tocqueville seria a solução para os desafios da apatia política contemporânea? Seriamos capazes de fazer renascer o civismo exaltado por Tocqueville como forma de contrabalançar o individualismo prevalecente em nossas sociedades?

Se tivéssemos que definir a atitude de Tocqueville diante da democracia americana, tendo em vista o contexto social da época, esta seria uma atitude de temores e de esperanças ao mesmo tempo. O autor evidencia seus temores na medida em que o individualismo toma dimensões inimagináveis, trazendo como conseqüência dois frutos: apatia política e surgimento de um Estado social centralizador, um novo *Leviatã* que interviria cada vez mais nas liberdades fundamentais individuais. Por sua vez, a sociedade baseada no princípio da igualdade de condições teria gerado uma sociedade de massas, "produtora de uma população sem outro interesse que o de acumular fortuna, indiferente às coisas públicas" (Santos, 2007, p. 15). Como, então, evitar o despotismo em sociedades igualitárias? Como os homens poderiam agir politicamente para modificar sua condição de menoridade e de heteronomia em que estão mergulhados? As esperanças de um novo modelo de democracia, manifestada por Tocqueville, estaria relacionada com sua capacidade de responder a tais questões. Por isso pensa que o novo

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

modelo de democracia depende da capacidade da sociedade civil oxigenar o mundo da política através de sua participação, exercendo seu protagonismo.

A política pensada nesses termos poderia fazer frente ao novo *Leviatã* que se ergue restringindo a democracia em esferas meramente institucionais. A democracia nessa perspectiva iria além do aspecto formal e representativo e passaria a ter um apelo participativo e local. É certo que Tocqueville difere de certa perspectiva liberal na medida em que critica as conseqüências nefastas de uma sociedade apoiada exclusivamente em valores do máximo interesse, aposta, por isso, no associativismo como forma de redimensionamento de valores.

É o mesmo Tocqueville quem afirma que seu liberalismo é de uma "espécie diferente". No capítulo X do Livro I Tocqueville parece dar mostras do seu liberalismo diferenciado quando discorre sobre o estado atual e o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos. Descreve ali os efeitos provocados pela tirania branca sobre os índios americanos e os negros.[11] E vai mais além. Descreve não só a tirania de uma raça sobre outras, assim como a tirania além fronteiras, nesse caso fala da política externa americana em relação ao Texas.[12] O liberalismo professado por Tocqueville parece ser diferenciado, tal como ele mesmo afirma, mas não o suficiente

[11] Os índios foram praticamente dizimados e os negros que lutaram pela liberdade seguem uma segunda luta, a de igualdade de condições. Primeiramente Tocqueville descreve o homem branco e abaixo dele surgem o negro e o índio: essas duas raças infelizes, diz Tocqueville, "não têm em comum nem o nascimento, nem a fisionomia, nem a língua, nem os costumes. Ocupam ambas uma posição igualmente inferior no país onde vivem; experimentam ambas os efeitos da tirania; e embora sejam diferentes as suas misérias, podem acusar os mesmos autores delas. Não se poderia dizer, ao ver o que se passa no mundo, que o europeu é para os homens das demais raças o que o próprio homem é para os animais? Faz com que sirvam ao seu uso, e quando não os pode curvar, destrói-os. A opressão, de um só golpe, tirou aos descendentes dos africanos quase todos os privilégios da humanidade! O negro dos Estados Unidos perdeu até a lembrança de sua própria origem [...] compram-no, muita vezes, ainda no ventre materno, e, por assim dizer, ele começa a ser escravo antes de nascer" (Tocqueville, 1977, p. 244). Quanto ao destino dos aborígines que outrora habitaram o território da Nova Inglaterra, os Narragansetts, os Moicanos, o Pecots, "não mais vivem senão na lembrança dos homens" (Tocqueville, 1977, p. 247-249).

[12] "Todos os dias os habitantes dos Estados Unidos introduzem-se ali pouco a pouco, adquirem terras e, embora se submetam às leis do país, fundam ali o império da sua língua e dos seus costumes". E num vislumbre de previsão histórica afirma: "a província do Texas está ainda sob o domínio do México, mas em breve não mais se encontrarão ali mexicanos". Pior, semelhante fato, ocorre, segundo Tocqueville, "em todos os pontos onde os anglo-americanos entram em contato com populações de outra origem" (Tocqueville, 1977, p. 313). Certamente Tocqueville não faria idéia do que a história americana reservaria: em nome da defesa da democracia tem cometido várias injustiças e se colocado frontalmente contra a autodeterminação dos povos.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

para pensar a democracia em termos universais. Isso explicaria o seguinte paradoxo do pensamento político de Tocqueville: "por uma parte, descreve com lucidez e sem indulgência o tratamento desumano imposto a peles-vermelhas e a negros" e, por outra, "insiste no fato de que os Estados Unidos constituem o único verdadeiro modelo de democracia" (Losurdo, 2004, p. 29).

Não resta dúvida da dívida que o pensamento político atual tem para com as idéias de Tocqueville sobre o associativismo como forma de limitação aos poderes políticos constituídos. Entretanto, restaria, ainda, sabermos se a liberdade e o associativismo reivindicados por Tocqueville teriam sido capazes de redimensionar as "incivilidades" que estão a aparecer em todas as partes (Whitehead, 1999). E restaria, ainda, saber se os Estado- nações atuais ingerem menos na vida dos cidadãos do na época de Tocqueville.

Ao procurarmos extrapolar certos limites da concepção tocquevilliana de associativismo, as teorias atuais sobre a sociedade civil reconhecem que a mesma não é um âmbito de democracia perfeita (Wood, 2000). As opressões presentes nas relações familiares, nas relações de gênero, nos locais de trabalho, as atitudes racistas e a homofobia, seriam alguns dos exemplos que ilustram o quanto a sociedade civil pode se constituir também em *lócus* de exploração, dominação e coerção. A economia de mercado, empresas, meios de comunicação, igrejas e partidos seriam outros exemplos de instituições que facilmente se esquivam do debate nacional sobre questões que dizem respeito a todos, induzindo, inclusive, seus membros a fazerem o mesmo.

O principio da igualdade política, descrito por Tocqueville como um dos eixos da democracia americana, continua a ser negado em muitos países. Nos EEUU, por exemplo, os temas prevalecentes na agenda do debate político são: a desunião, o medo, a violência e as diferentes formas de fundamentalismos (Audier, 2006), isso prova que a propalada igualdade de condições sociais e de mobilidade social reivindicada pela democracia americana ainda está longe de se tornar realidade. Se o aprofundamento da democracia é uma exigência para a resolução de tais problemas, parece que o que o associativismo descrito por Tocqueville ainda não teria dado os resultados esperados.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

O individualismo apontado por Tocqueville como elemento desagregador da sociedade política americana, ao invés de abrandar com o passar das décadas, parece ter-se disseminado mais ainda nas sociedades contemporâneas. O fenômeno que Sennet (1988) denominou como o "declínio do homem público e as tiranias da intimidade", tende a se acentuar. Mas para Tocqueville, é na comuna "que reside a força dos povos livres". E as instituições comunais são para a liberdade aquilo que as escolas primárias são para a ciência. Sem estas instituições comunais (entenda-se municipais), pode uma nação dar-se um governo livre. Só na comuna, "no centro das relações ordinárias da vida, que vão concentrar-se o desejo de apreço, a necessidade de interesses reais, o gosto do poder e do ruído [...]" (Tocqueville, 1977, p. 54-59).

Sem dúvida, essa parece ser uma alternativa viável se quiséssemos pensar a política como antídoto ao individualismo prevalecente, o qual tem levado os vizinhos de uma mesma rua a não mais se reconhecerem, mas somos sabedores das dificuldades que estão colocadas quando o assunto é ultrapassarmos os umbrais de nossos egos mergulhados no mundo do consumo e do imediato. Essa espécie de "orgulho paternal" que segundo Tocqueville, protegia a comuna da Nova Inglaterra, já não parece existir mais em nenhuma parte do planeta, até porque os habitantes das municipalidades contemporâneas tendem a não projetar a partir daí suas ambições e futuro; não mais se confundem com os episódios da vida comunal; não se deixam penetrar por seu espírito. Mas para além de comunas, condados e cidades de caráter permanente existe uma multidão de outras associações, afirma Tocqueville, que surgem para combater em comum "a intemperança", enfeixando os esforços dos espíritos divergentes e impelindo-os com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela (Tocqueville, 1977, p. 147). Contra a barbárie do mútuo isolamento, na perspectiva de Tocqueville, a civilização só se aperfeiçoaria mediante a arte da associação. Eis o desafio do dia-a-dia em cada esfera de nossas vidas.

Considerações finais

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007
ISSN 1806-5023

> *Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições (*Tocqueville*, A democracia na América).*

Parece que um clássico do pensamento político não é definido de forma aleatória. Quiçá a denominação esteja relacionada não só às questões que fora capaz de levantar na sua época e ao esforço que fora capaz de fazer para respondê-las. Mas não só! Um clássico assim se define, sobretudo, em função daquelas interrogações que levantara em sua época e para as quais não encontrara uma resposta à altura de seu tempo, as quais continuam de certa forma, a persistir no presente. Sendo assim, Tocqueville faz parte da lista dos autores clássicos do pensamento político, pois suas percepções sobre a democracia continuam a colocar novas questões para os pensadores políticos da atualidade. Como visto o tema da democracia relacionado ao associativismo, que é um tema de nossa época, colocam Tocqueville no rol dos grandes pensadores políticos. Borón (1994, p. 127) foi muito feliz ao afirmar que a importância de Tocqueville não estaria associada tão somente ao fato de que seja um historiador ou sociólogo que estuda e analisa uma sociedade concreta "mas um teórico que supera a imediaticidade de seu objeto e nos coloca um conjunto de problemas genéricos em torno de possibilidade e limites da democracia na sociedade burguesa". Ou seja, Tocqueville teve o mérito de explorar a tensão entre democracia substantiva e participativa, "o nexo dialético entre igualdade concreta e liberdade formal que viria a constituir a pedra angular da crítica marxista da política e da ideologia burguesa" (Ibidem, p. 129-130).

O grande problema político, segundo Tocqueville, é como conciliar o inevitável aumento do poder social, produzido pela progressiva igualdade de condições com a participação política dos membros de uma comunidade. O resultado a que chega Tocqueville é o de que "o único remédio eficaz é a liberdade política" (Múgica, 2003, p. 167). Não é incorreta a percepção de que Tocqueville é contrário a uma intervenção do

poder político no campo econômico, e de que exista no autor qualquer hipótese de redistribuição de renda (Losurdo, 2004, p. 17), o que nos permite dizer, quem sabe, que Tocqueville seja democrático anti-revolucionário, mas nada impede, por outro lado, de pensarmos a democracia como corretivo da própria democracia, tal como pensara Tocqueville.

Quando Tocqueville descreve o individualismo prevalecente na sociedade americana, de certa forma continua o debate iniciado por Marx e Hegel de que o sujeito moderno é sempre um sujeito dividido entre o consumidor (*burgeois*) e o cidadão (*citoyen*). Como, então, passar do indivíduo consumidor para o indivíduo sujeito? Para Tocqueville a saída estaria no aprofundamento da democracia, e, para usarmos uma reflexão atual de Touraine e extendo-a ao próprio Tocqueville, "pelo debate institucional aberto e pelo espaço dado à palavra, em particular, à palavra dos grupos mais desfavorecidos", porque "os detentores do poder e do dinheiro exprimem-se mais eficazmente através dos mecanismos econômicos, administrativos ou midiáticos que estão sob seu controle do que sob a forma do discurso ou protesto" (Touraine, 1996, p. 206). Em outros termos, a luta de Tocqueville é contra a degradação da democracia em mercado político, reflexão que o coloca, mais uma vez, ao lado dos clássicos da política, porque estes continuam a ser um problema de nossa época também. Hoje traduzimos o individualismo da época de Tocqueville como indiferença política.

De qualquer maneira, parece que os desafios de pensar o destino das nações, guiadas pelo princípio da igualdade de condições, tal como sugere Tocqueville no final de sua obra, ainda continuam atuais, porque os espectros da barbárie e das misérias continuam a rondar e lançar dúvidas sobre o projeto de uma sociedade que se define como pós-moderna.

Referencias

AUDIER, S. Es Tocqueville contemporáneo nuestro? In: Revista France Diplomatie, 2006, junio, Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/>. Acesso em 28/05/2007.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORÓN, A. A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CHERTA, J. M. R. El concepto de democracia em Aléxis de Tocqueville (Una lectura filosófico-política de la *Democracia en America*). 2000, 381, p. Tese (Doutorado) Universitat Jaume I, Espanha. Disponível em: <www.tesisenxarxa.net/TESIS_UJI/AVAILABLE/TDX-0723104-113021//ros.pdf>.

Acesso em: 20/05/2007.

COHN, G. Perfiles en teoría social: Tocqueville y Weber, dos vocaciones. Em: (0rg.) BORON. A.; VITA, A. Teoría y filosofía política. La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires. 2002, p. 259-268. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/filopol2/cohn.pdf>. Acessado em: 28/05/2007.

_____. Capítulo IX. Tocqueville y la pasión bien comprendida. Em: La filosofía política moderna. De Hobbes a Marx. (Org.) BORON, A. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000, p. 247-267. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/moderna/cap9.pdf>. Acessado em: 27/05/2007.

CONSTANT, B. Discurso sobre la libertad de los antiguos comparada con la de los modernos. Revista de Estudios Públicos, n°. 59, 1995. Disponível em: <http://www.uc.cl/historia/vinculos/2006/vatter_revoluciones.pdf>. Acessado em: 22/05/2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREY, K. Descentralização e poder local em Aléxis de Tocqueville. In: Revista de Sociologia e Política, UFPR, 2000, nº. 15, pp. 83-96. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104 44782000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30/07/2007.

GAHYVA, H. Tocqueville e Gobineau no Mundo dos Iguais. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, São Paulo, 2006, Vol. 49, nº 3, pp. 553 a 582. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a05v49n3.pdf>. Acesso em: 04/07/2007.

HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo?* Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

JASMIN, M. G. *Aléxis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. Despotismo e História na Obra de Alexis de Tocqueville. In: Instituto de estudos Avançados, São Paulo, Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/jasmintocqueville.pdf>. Acesso em 06/06/07.

_____. Tocqueville, a Providência e a História. In: Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, p. 199-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 02/06/07.

MENDES, V. A. *Alcances e limites do conceito de sociedade civil em Antonio Gramsci*. 2006. 142 p. Dissertação (Mestrado em Ética e Filosofia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MÚGICA, F. Civilización y participación política: una aportación temprana de Tocqueville. In: Anuário filosófico, Navarra, Vol. 36, Nº. 75-76, p. 135-182, 2003. Disponível em: <http://dspace.unav.es/retrieve/166/EMugica.pdf>. Acesso em: 13/05/2007.

SANTOS, C. Q. Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal. In: Instituto de Estudos Avançados, São Paulo. Disponível em: <http:/www.iea.usp.br>. Acesso em: 15/05/2007.

SERNA, I. D. Aléxis de Tocqueville: contra el animal tímido e industrioso (consideraciones en torno al individualismo desenfrenado). In: Norteamerica**,** México, Vol. 1, enero-junio, 2006, p. 235-246. Disponível em: <http://www.cisan.unam.mx/Norteamerica1/pdfs/diazdelaserna.pdf>. Acesso em: 25/06/2007.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na America*. 2ª ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, ed. Da Universidade de São Paulo: 1977.

TOURAINE, A. *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WEFFORT, F. C. (Org.) *Os clássicos da política.* São Paulo: Editora Ática: 2001.

WHITEHEAD, L. Jogando Boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Outubro, Vol. 14, nº. 41. 1999, pp. 15-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1749.pdf>. Acesso em: 10/09/07.

WOOD, E. M. *Democracia contra Capitalismo. La renovación del materialismo histórico.* Editorial: Siglo XXI Editores, CIICH, UNAM/ México, 2000.